

LAMARTINE, Juvenal

* dep. fed. RN 1906-1926; sen.1927; gov. RN 1928-1930.

Juvenal Lamartine de Faria nasceu na fazenda Rolinha em Serra Negra do Norte (RN) no dia 9 de agosto de 1874, filho de Clementino Monteiro de Faria e de Paulina Monteiro de Faria. Seu pai foi chefe político de Serra Negra do Norte, presidente da intendência municipal e deputado estadual de 1907 a 1909.

Em 1880 casou-se com Silvina Bezerra de Araújo Galvão, filha de Silvino Bezerra, chefe político de Acari (RN), na região do Seridó, que foi várias vezes deputado provincial e depois vice-governador no governo Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, líder do Partido Republicano do Rio Grande do Norte. Em 1897 formou-se bacharel em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade do Recife, e em 1898 Pedro Velho nomeou-o vice-diretor do Colégio Ateneu e chamou-o para ser redator do jornal *A República*, órgão oficial do partido. Nesse mesmo ano foi nomeado juiz de direito de Acari, cargo que exerceria até 1905.

Em 1903, indicado por Pedro Velho, foi eleito vice-governador do Rio Grande do Norte na chapa do Partido Republicano Federal liderada por Augusto Tavares de Lira. Empossado o novo governo em 25 de março de 1904, renunciou à vice-governança em 1905 e foi eleito deputado federal. A partir de então seria reeleito continuamente até 1926. Na Câmara, fez parte das Comissões de Marinha e Guerra, de Constituição e Justiça, de Instrução Pública, e das comissões especiais do Código Civil. Na Comissão de Constituição e Justiça destacou-se pela defesa do voto feminino. Fez parte também da Mesa da Câmara. Em 1926 foi o principal responsável pela introdução do voto feminino na Constituição do estado do Rio Grande do Norte, oito anos antes de a Constituição Federal de 1934 ter incorporado o mesmo direito.

Enquanto exercia o mandato de deputado federal, em 1923, junto com seu primo José Augusto Bezerra de Medeiros, neto de José Bernardo de Medeiros, conseguiu reorganizar a chamada “facção do Seridó” do Partido Republicano. Apoiados pelo presidente da República Artur Bernardes, conseguiram destituir Ferreira Chaves da chefia do partido e indicar José Augusto para governador do Rio Grande do Norte na sucessão de Antônio de Sousa (1920-1924). A partir da nova composição política, foi escolhido e eleito senador em 1927. No Senado fez parte da Comissão de Diplomacia e Tratados.

Ainda em 1927 foi eleito governador do Rio Grande do Norte, sucessão de José Augusto (1924-1928), sendo empossado em 1º de janeiro de 1928. Embora sobre seu governo incidissem sobremaneira os efeitos dos juros do empréstimo contratado em 1909 pelo então governador Alberto Maranhão, sua administração foi bastante dinâmica. Procurou

incentivar a pecuária, bem como diversificar e aumentar a produção agrícola do estado por meio da introdução de novos cultivos e de incentivos ao crédito. Procurou abrir novas estradas em colaboração com a Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) de modo a melhor escoar os produtos agrícolas. Cuidou também da educação rural, construindo 49 escolas no interior e subvencionando escolas particulares, o que fez duplicar as matrículas no estado, segundo Itamar de Souza.

Por outro lado, percebendo sua liderança ser ameaçada tanto pelos partidários de João Café Filho quanto pela Aliança Liberal, passou a perseguir duramente a oposição, expulsando e mandando agredir seus adversários, bem como manipulando os resultados eleitorais. Segundo Café Filho, teria mandado queimar as atas das eleições municipais de 1928 em Natal, compondo “a bico de pena” toda a Câmara apenas com seus correligionários. Com a vitória da Revolução de 1930, seguiu em exílio para a Europa, transitando entre a França e a Alemanha, de onde só voltaria em 1933. Nesse mesmo ano, durante a interventoria de Mário Leopoldo Pereira da Câmara, seu filho Otávio de Lamartine Faria foi morto pela polícia militar do estado.

Em 1945 organizou a União Democrática Nacional (UDN) no Grande do Norte, sendo escolhido seu presidente de honra. Foi também candidato a senador constituinte, mas saiu derrotado. Foi colaborador do jornal *A Tribuna da Imprensa* e, tendo sido um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN), colaborou também com a revista do Instituto.

Faleceu em Natal em 18 de abril de 1956.

De seu casamento com Silvina Bezerra de Araújo Galvão, teve dez filhos. Note-se que Dinarte Mariz passou a pertencer ao mesmo grupo familiar após o casamento de suas duas irmãs com dois irmãos de Juvenal. Dinarte Mariz foi senador pelo Rio Grande do Norte de 1955 a 1956, governador do estado de 1956 a 1961 e novamente senador de 1963 a 1984. Juvenal e Dinarte eram tios de Morton Mariz Faria, e tios-avós da filha deste, Vilma de Faria, que foi deputada constituinte pelo Rio Grande do Norte em 1987-1988, prefeita de Natal em 1989-1993 e 1997-2002, e governadora do Rio Grande do Norte a partir de 2003. Juvenal Lamartine publicou *O meu governo* (1933). Como obras póstumas, foram publicadas *Patriarcas seridoenses* (1965) e *Velhos costumes do meu sertão* (1965).

Renato Amado Peixoto

FONTES: CASCUDO, L. *Governo*; FARIA, J. *Meu governo*; MAIA, A. *Parlamentares*; MEDEIROS, J. *Rio Grande do Norte*; SENADO. *Anais* (29/11/1974); SOUZA, I. *República*; SPINELLI, J. *Oligarquia*.